

ESTGF – Adequação do curso de Ciências Empresariais à realidade empresarial envolvente: a perspectiva dos estudantes.

Vanda Lima
vlima@estgf.ipp.pt

Marisa Ferreira
mferreira@estgf.ipp.pt

Teresa Barros
tbarros@estgf.ipp.pt

**Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras
Instituto Politécnico do Porto**

A ESTGF é uma Escola que tem algumas particularidades que decorrem da sua inserção na NUT Tâmega. Esta região assenta num tecido empresarial caracterizado pela existência de pequenas/médias unidades de produção, de dominância industrial e de expressão mono sectorial regionalmente disseminada. Os recursos humanos utilizados têm, na sua maioria, baixa formação académica.

Considerando que as instituições de ensino superior difundem múltiplos efeitos para o meio económico e social envolvente e que a intensidade destes efeitos é tanto maior quanto maior for o grau de depressão económica das regiões, admitimos que a criação desta Escola poderá ser um factor essencial na redução das assimetrias regionais que ainda a caracterizam, bem como no processo de desenvolvimento da mesma.

Com base neste cenário, este artigo propõe-se analisar a adequação dos conteúdos leccionados no curso de Ciências Empresarias às necessidades das empresas envolventes, na perspectiva dos alunos. Para tal, foi elaborado um inquérito aos estudantes da licenciatura bi-etápica em Ciências Empresarias, que efectuaram estágios profissionais durante os anos lectivos 2002/2003 e 2003/2004.

1. Introdução

Este artigo está desenvolvido da seguinte forma: primeiramente, abordaremos a problemática do papel das instituições de ensino superior no desenvolvimento regional. Posteriormente, faremos uma caracterização da região onde a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras se insere – Felgueiras. De seguida, efectuaremos uma breve caracterização da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras (ESTGF) e dos cursos que ministra. Para finalizar, descreveremos sucintamente o contexto actual do curso de Ciências Empresariais, o qual será objecto de uma análise na parte empírica que se seguirá e que tem por objectivo verificar a adequação dos conteúdos programáticos das disciplinas do curso de Ciências Empresariais à realidade empresarial da região.

Alguns estudos realizados por docentes da ESTGF e que se encontram neste momento em desenvolvimento, já verificaram a existência de uma relação forte entre a origem dos alunos e a escolha da ESTGF como instituição de ensino superior. Esses estudos revelam que a grande maioria dos alunos do curso de Ciências Empresariais são oriundos da região de Felgueiras ou então de regiões geograficamente próximas. Desta forma acreditamos que seja legítimo pensar que serão as empresas desta região os potenciais empregadores dos nossos alunos e daí o interesse em saber se o curso se adequa a essa mesma realidade empresarial. Para tal investigámos a opinião dos alunos que efectuaram estágios profissionais durante os anos lectivos 2002/2003 e 2003/2004.

2. As instituições de ensino superior e o desenvolvimento regional

A intensificação da competição que se vive actualmente nos mercados leva necessariamente a que as empresas, de qualquer sector de actividade, tenham que se adaptar rapidamente à mudança, inovando em termos de processos e/ou produtos/serviços. A qualificação dos recursos humanos tem um papel fundamental nesta matéria dado que existe uma relação muito próxima entre a qualidade do capital humano e a *performance* económica. Em Portugal, de acordo com as estatísticas de 2000, 80% da população empregada tinha uma formação básica, sem estudos secundários, o que claramente demonstra a baixa escolarização da mão-de-obra portuguesa.

Segundo Maria da Graça Carvalho(2004), Portugal caracteriza-se por uma série de pontos fracos e pontos fortes. Destes ressaltamos, enquanto pontos fracos “a

multiplicidade de cursos e licenciados com pouca empregabilidade; a falta de recursos humanos qualificados em áreas vitais para a nossa economia e assimetrias regionais na distribuição dos nossos recursos humanos qualificados”. Como ponto forte parece-nos relevante mencionar a cobertura, quase total, do País, no que diz respeito a instituições de ensino superior. Estas instituições podem ter um papel muito importante neste cenário, onde a ligação empresa/ensino superior é fundamental. No mesmo sentido aponta o Programa do XVII Governo Constitucional que refere que *“as parcerias para a inovação e o emprego, ao associar empresas e instituições de ensino, formação, investigação e de apoio institucional e financeiro, podem tornar-se **motores da exploração de novas áreas de crescimento e criação de emprego**. Estas parcerias devem ser promovidas ao nível de clusters ou de regiões.”*

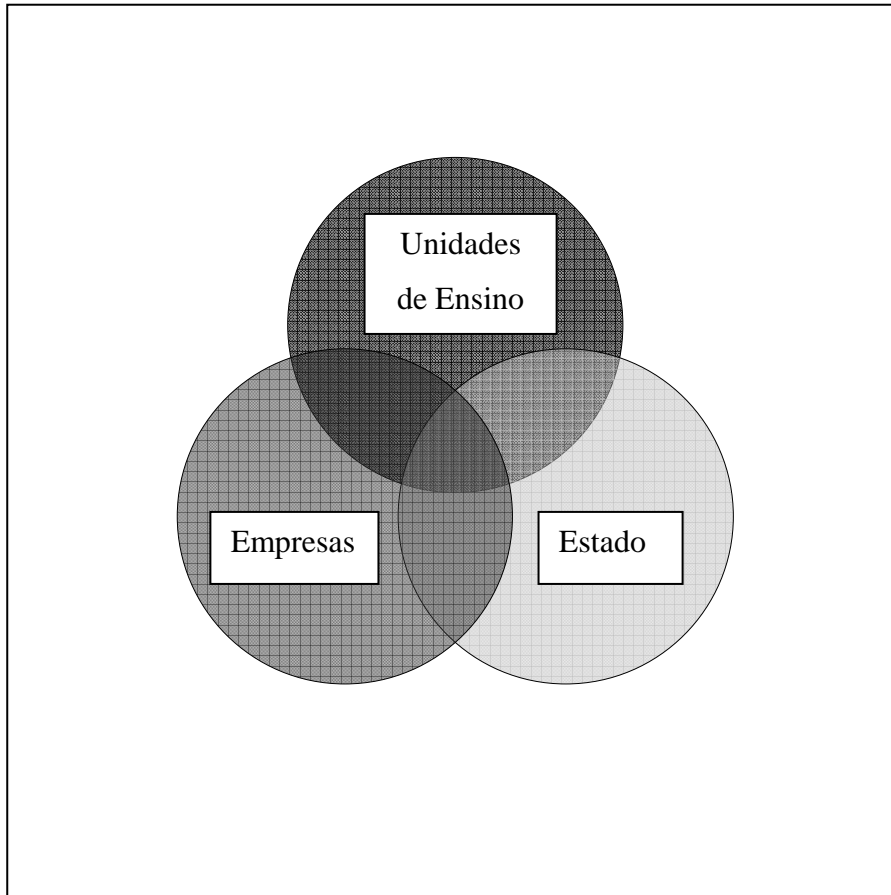
As instituições de ensino superior são consideradas unidades difusoras de conhecimento para o tecido económico envolvente, especialmente pela sua actividade de formação dos recursos humanos (Rego *et al*, 2004). Neste sentido, a importância destas instituições cresce significativamente nas regiões com menores níveis de desenvolvimento, como é o caso da NUT Tâmega, dado que a carência de formação é mais acentuada comparativamente com as regiões economicamente mais desenvolvidas.

As necessidades empresariais devem, assim, ser satisfeitas pelas unidades de ensino, ou seja, estas unidades de ensino devem estar atentas às carências do mundo empresarial bem como as empresas devem emitir sinais para que as instituições de ensino superior percebam as suas necessidades (Marques, 2001). Com a Declaração de Bolonha, este cenário ganha forças, pois *“irá aproximar as instituições de ensino do tecido produtivo e da sociedade e terá como resultados práticos: a saída num ciclo mais curto com empregabilidade; uma maior mobilidade e o recentrar dos institutos politécnicos no cerne do nosso sistema de ensino superior”*.(Carvalho,2004:9).

De acordo com Orlando Petiz (2004), *“a cooperação é uma via de acesso livre à produção, ao desenvolvimento e à aplicação das novas tecnologias. Desta forma, a cooperação traduz-se em transferência de conhecimento que poderá ser interessante na implementação dos processo de inovação nas empresas”*. No nosso entender, esta cooperação só poderá ser levada a cabo se ambas as organizações perceberem que haverá resultados positivos, fruto desta ligação. Assim, um melhor ensino superior passa, necessariamente, por uma estreita relação entre as unidades de ensino, as empresas e o Estado, dado que as unidades de ensino são as que ministram os

conhecimentos, as empresas são as que os aplicam e o Estado é a entidade que regula tanto o ensino como as empresas (ver Ilustração 1).

Ilustração 1 - Relação Unidades de Ensino – Empresas - Estado



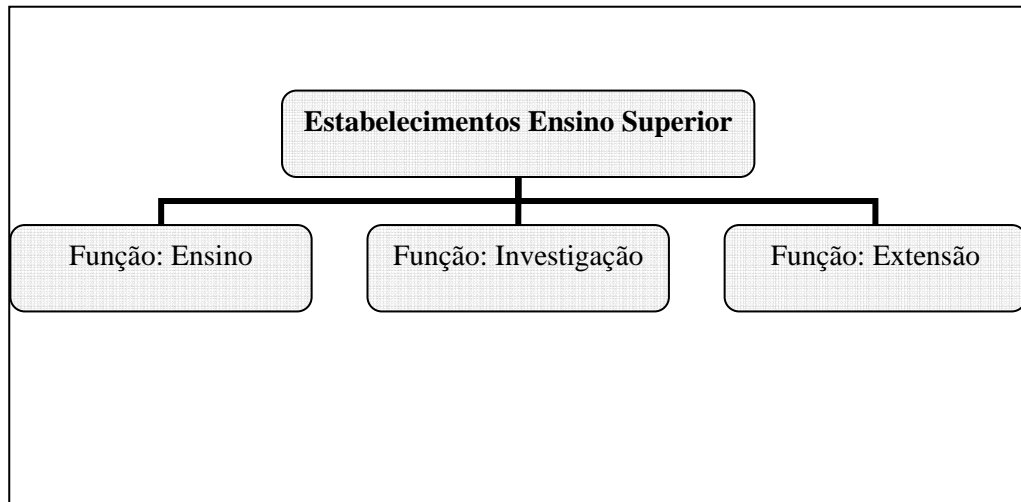
Fonte: Elaborado pelos autores

Uma unidade de ensino superior é um local privilegiado onde as pessoas podem apreender e desenvolver conhecimentos de modo a melhor perceberem a realidade que as cerca. Assim, as instituições de ensino superior devem compreender que desempenham um papel fulcral na resolução e antecipação dos problemas que surgem no contexto económico e social. Compreendendo e desempenhando dia-a-dia este papel irão contribuir de forma primordial para o desenvolvimento regional e para a diminuição das disparidades económicas, especialmente nas regiões mais desfavorecidas, interagindo, logicamente, com o Estado, o sector produtivo e a sociedade como um todo.

Neste sentido, é importante reflectir um pouco sobre a relação de cumplicidade existente entre o ensino superior e as empresas que em grande parte se encontra

preconizada nas três funções que os estabelecimentos de ensino superior devem desempenhar (ver Ilustração 2).

Ilustração 2 - Funções dos Estabelecimentos de Ensino Superior



A função ensino é a razão de existência dos estabelecimentos de ensino superior em Portugal, visto que o principal objectivo destas unidades é formar graduados em áreas com empregabilidade, servindo-se de um grupo qualificado de docentes.

A função investigação está directamente relacionada com a criação de conhecimentos que estejam em consonância com as necessidades e anseios da realidade empresarial. Para que exista esta ligação é fundamental que as unidades de ensino superior estabeleçam protocolos com as empresas, sejam elas do sector primário, secundário ou terciário, de modo a que as pesquisas efectuadas pelos investigadores sejam aplicáveis nas mesmas.

Por fim, a função extensão é a que exige uma ligação concreta entre a sociedade civil e as instituições de ensino superior. A investigação ganha valor quando os conhecimentos produzidos pelos investigadores são implementados no terreno.

A sobrevivência das instituições de ensino superior depende, cada vez mais, da interacção com a sociedade. Os primeiros passos são a criação de parcerias, as quais são vistas pelas unidades de ensino superior como forma de responder às necessidades das organizações. Simões Lopes (2004) considera que as instituições nem sempre aproveitam bem as parcerias em que se envolvem. Os tempos mais recentes têm forçado uma maior interacção entre o ensino superior e as empresas fruto dos avanços tecnológicos. O ensino superior tem que ser inovador com o objectivo de criar efectivas capacidades de aquisição e aplicação do conhecimento dos licenciados que forma, isto

é, *“uma licenciatura deve ser entendida como licença para o licenciado passar a aprender sozinho”* (Simões Lopes, 2004). Daqui podemos depreender que a pressão para mudar, para inovar recai no licenciado o qual, segundo um inquérito da Universidade do Minho, em 2002, referia que era já significativa a percentagem de diplomados que tinham já mudado de emprego (uma ou mais vezes) durante esse ano. O mesmo estudo referiu que o vínculo contratual tinha uma tendência para a precariedade.

Simões Lopes (2004:4) prevê que as universidades e as empresas (as organizações em geral) estejam *“condenadas a entenderem-se e a trabalhar mais de perto de forma mais interactiva; porque o conhecimento novo se quer útil tanto para a criação de novo conhecimento como para a sua aplicação; porque o estímulo à criação de conhecimento deve vir da sociedade, das organizações, das empresas, da inventariação das suas necessidades como da disponibilização de alguns meios e instrumentos; porque as empresas não dispensam as universidades da produção de conhecimento, mesmo que as empresas que pela sua dimensão adquiram capacidades para promover novos desenvolvimentos tecnológicos”*.

“A relação universidade-empresa, mais do que uma relação de sentido único tem de ser uma relação recíproca; mais do que recíproca tem de avançar para círculo virtuoso. A relação universidade-empresa tem de ser cada vez mais uma relação de interdependência, em benefício de todos... é razão de sobrevivência para a universidade; também o é para o tecido empresarial, para o meio organizacional, para a sociedade”(Simões Lopes, 2004:4).

Na área da economia e gestão, a renovação do tecido empresarial afigura-se urgente, de acordo com Arouca (2004). Segundo este autor, é importante abrir as instituições de ensino superior ao exterior. Este processo passa por incluir no sistema de ensino/aprendizagem especialistas profissionais com capacidade pedagógica em vez de limitar o ensino aos professores universitários, na tradicional concepção académica da sua função. De acordo com a mesma fonte, deve-se fomentar o *“interplay da necessidade do Estado e das empresas às disponibilidades das universidades, designadamente pela encomenda de estudos e pareceres pelos decisores públicos ou privados, aos centros de estudos e centros de investigação”* (Arouca, 2004:50).

3. Caracterização da ESTGF e da sua região envolvente – Felgueiras

3.1. A região de Felgueiras

O concelho de Felgueiras, do qual a ESTGF faz parte, situa-se no Norte de Portugal, está inserido na NUT Tâmega, mais especificamente na região do Vale do Sousa, e abrange cerca de 116 quilómetros quadrados, repartidos por 32 freguesias. Este concelho é constituído por 4 centros urbanos, a cidade de Felgueiras, a cidade da Lixa, a vila de Barrosas e a recente vila da Longra, elevada a esta categoria no dia 1 de Julho de 2003.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), o concelho de Felgueiras apresenta uma elevada taxa de variação da população residente entre 1991 e 2001 (17,2%) relativamente à taxa de variação nacional (5%). Em termos de densidade populacional, este concelho apresenta um valor de 496,254 habitantes/Km² (dados de 2001), bastante superior à densidade nacional (112, 158 habitantes/Km²).

A NUT Tâmega, no qual se insere o concelho de Felgueiras, é muito díspar relativamente aos principais índices económicos. Segundo Braga *et al* (2003), efectuando uma análise de *clusters* a uma bateria de índices de carácter económico-social (índice de longevidade, índice de educação, índice de conforto, índice de rendimento ajustado e índice do PIB) pode-se verificar facilmente as assimetrias existentes nesta região. Verifica-se que os concelhos que se encontram mais próximos da NUT Grande Porto, nomeadamente, Lousada, Paredes, Paços de Ferreira, Felgueiras, Marco de Canavezes, Penafiel e Castelo de Paiva, possuem um maior nível de desenvolvimento e possuem dinâmicas de crescimento bastante superiores a outros concelhos situados mais no interior, tais como, Ribeira de Pena ou Mondim de Basto.

De acordo com o III QCA (2000), a NUT Tâmega tem como principais pontos fracos a grande dispersão de povoamento, que dificulta o fornecimento dos serviços públicos primários a toda a região; os baixos níveis de educação, gerados pelo forte incentivo ao abandono escolar decorrente da mono-especialização sectorial; e grande dificuldade de afirmação de territórios urbanos qualificados. Estes factores condicionam todo o desenvolvimento da região que actualmente carece de competitividade, de formação dos recursos humanos e de qualificação e reorganização territorial .

pela APICCAPS, em 2000, existiam 451 empresas no sector do calçado (incluindo componentes) no concelho de Felgueiras, das quais 41,7% eram micro empresas, 40,6% eram pequenas empresas, 17,1% eram médias empresas e 0,7% grandes empresas.

3.2. A ESTGF e a o curso de Ciências Empresariais

3.2.1. A ESTGF

A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras (ESTGF), pertencente ao universo do Instituto Politécnico do Porto, foi criada pelo Decreto-Lei nº 264/99, de 14 de Julho. Esta instituição iniciou a sua actividade no ano lectivo de 1999/2000 com a licenciatura bi-etápica em Ciências Empresariais. É, portanto, uma instituição bastante jovem que produziu os primeiros licenciados no ano lectivo 2003/2004.

Actualmente, a ESTGF tem 512 alunos, distribuídos por três licenciaturas bi-etápicas - Ciências Empresarias, Engenharia Informática e Solicitadoria – apoiadas em sete áreas de competências:

- Engenharia dos Computadores;
- Informática e Ciências da Computação;
- Organização e Gestão;
- Economia e Finanças;
- Matemática;
- Ciências Sociais;
- Direito Privado;
- Direito Público.

A região onde a ESTGF se insere possui características particulares que influenciam o desenvolvimento da mesma, entre as quais se destacam:

- estrutura populacional vincadamente juvenil ;
- baixas taxas de escolaridade;
- predominância do sector secundário;
- mono – especialização das indústrias no sector do calçado;
- reduzida actividade do sector terciário.

Assim, a ESTGF, dado o seu enquadramento regional, direcciona-se com particular relevância para a região onde se encontra localizada - o Vale do Sousa e

Baixo Tâmega. Dedicar especial atenção às especificidades da região onde se encontra inserida, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento económico e social.

A qualidade institucional é um objectivo bem presente em todo o percurso desta instituição de ensino superior, que tem por fins (ESTGF, 2005):

- a) A formação humana, cultural, científica, técnica, pedagógica e profissional de nível superior nas áreas de ensino administradas nesta Escola;*
- b) O desenvolvimento de projectos de cariz científico, sempre que possível envolvendo a comunidade que a cerca;*
- c) A prestação de serviços à comunidade numa perspectiva de valorização recíproca;*
- d) A participação em projectos de cooperação nacional e internacional, privilegiando, relativamente a estes últimos, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.*

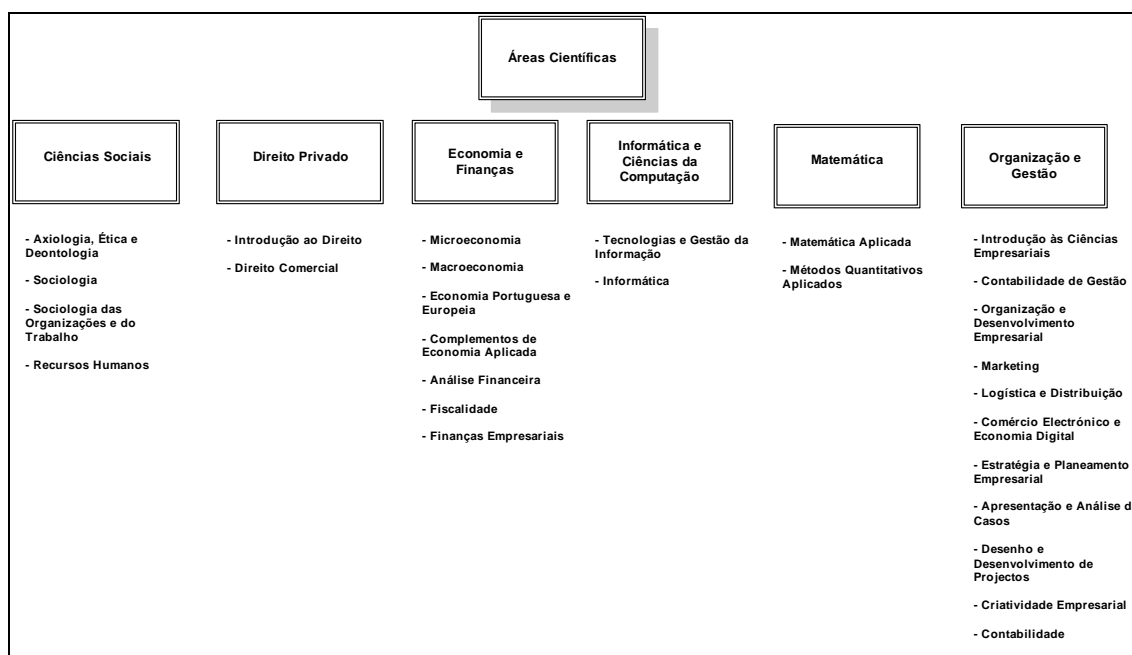
De um modo abrangente, pode-se afirmar que as actividades de ensino, investigação e prestação de serviços à comunidade, desenvolvidas pela ESTGF, têm sempre em consideração as necessidades locais, visto que esta Escola continua a ser o único estabelecimento de ensino superior público existente na NUT Tâmega.

3.2.2. O curso de Ciências Empresariais

A licenciatura bi-etápica em Ciências Empresariais pretende formar graduados que estejam aptos a desenvolver as seguintes funções: intervenção aos níveis contabilístico e financeiro; elaboração de planos de marketing; gestão corrente e operacional; actuação ao nível das novas tecnologias de gestão; elaboração e avaliação de planos de investimento; actuação ao nível da gestão estratégica e de longo prazo; intervenção no âmbito da consultoria fiscal e financeira; intervenção no mercado de capitais (nacional e internacional).

No que respeita ao plano curricular deste curso, é composto por 28 disciplinas, sendo todas obrigatórias. O 5º ano é composto exclusivamente por um estágio com duração de 360 horas. Esta licenciatura está assente em duas grandes áreas científicas: Organização e Gestão e Economia e Finanças, como se pode ver na Ilustração 4.

Ilustração 4 - Áreas científicas da licenciatura em Ciências Empresariais



Fonte: ESTGF

No que respeita ao número actual de alunos do curso de Ciências Empresariais, a ESTGF possui 168 estudantes, sendo os primeiros anos os mais numerosos. Verifica-se que o género feminino é maioritário no conjunto dos 5 anos (ver Quadro 1).

Quadro 1 - Composição actual do Curso de Ciências Empresariais por ano e género

	Género	Frequência absoluta	Frequência relativa
1º ano	M	33	52%
	F	30	48%
		63	
2º ano	M	21	50%
	F	21	50%
		42	
3º ano	M	8	35%
	F	15	65%
		23	
4º ano	M	9	38%
	F	15	63%
		24	
5º ano	M	5	31%
	F	11	69%
		16	
Total de alunos C.E.		168	

Fonte: ESTGF

No próximo ponto seguir-se-á um estudo empírico que nos permitirá concluir sobre a adequação do curso de Ciências Empresariais às necessidades das empresas da região envolvente, na perspectiva dos alunos.

4. Metodologia

Para qualquer investigação a recolha de informação pode ser feita através de métodos qualitativos ou de métodos quantitativos. Concordamos com Pope *et al* (1995) quando referem que “*os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem embora difiram quanto à forma e ao âmbito*” (Barros, 2005, p. 98). A opção pelos métodos quantitativos, nomeadamente pela utilização de inquéritos, para elaboração desta investigação, prende-se com a adequação deste tipo de recolha de informação à questão de pesquisa, que no nosso caso é: Qual a opinião dos alunos do curso de CE da ESTGF sobre a adequação do referido curso às necessidades das empresas envolvidas e quais as suas sugestões para melhorar esta adequação?

Yin (1994) sintetizou as situações relevantes conforme a pesquisa:

Quadro 2 – Tipos de pesquisa

ESTRATÉGIA	FORMA DA QUESTÃO DE PESQUISA	REQUER CONTROLE SOBRE OS ACONTECIMENTOS COMPORTAMENTAIS?	FOCA EM ACONTECIMENTOS CONTEMPORÂNEOS?
Experimental	como, porquê	sim	sim
Inquérito	quem, como, onde, quanto (s)	não	sim
Análise de arquivos	quem, como, onde, quanto (s)	não	sim/não
História	como, porquê	não	não
Estudo de caso	como, porquê	não	sim

Fonte: Yin, 1994, p. 6 citando a COSMOS Corporation

Com base na questão de pesquisa referida foi elaborado um questionário aos alunos de CE que realizaram estágios profissionais durante os anos lectivos 2002/2003 e 2003/2004. O questionário foi dividido em dois temas genéricos – dados do inquirido e estágio efectuado. Sobre estes temas realizámos questões sobre o grau de adequação do curso de CE às necessidades das empresas envolvidas, na perspectiva dos alunos do curso referido da ESTGF. No inquérito realizado foram postas questões fechadas utilizando escalas de Lickert para vários níveis, por permitirem ao inquirido a afirmação

da respectiva opinião sobre um assunto com base numa grelha previamente estruturada tal como referem Reis *et al* (1993). Resolvemos, também, incluir algumas questões abertas, em questões que considerámos que seria fundamental obter uma relação causa-efeito o mais aproximada da opinião efectiva dos inquiridos.

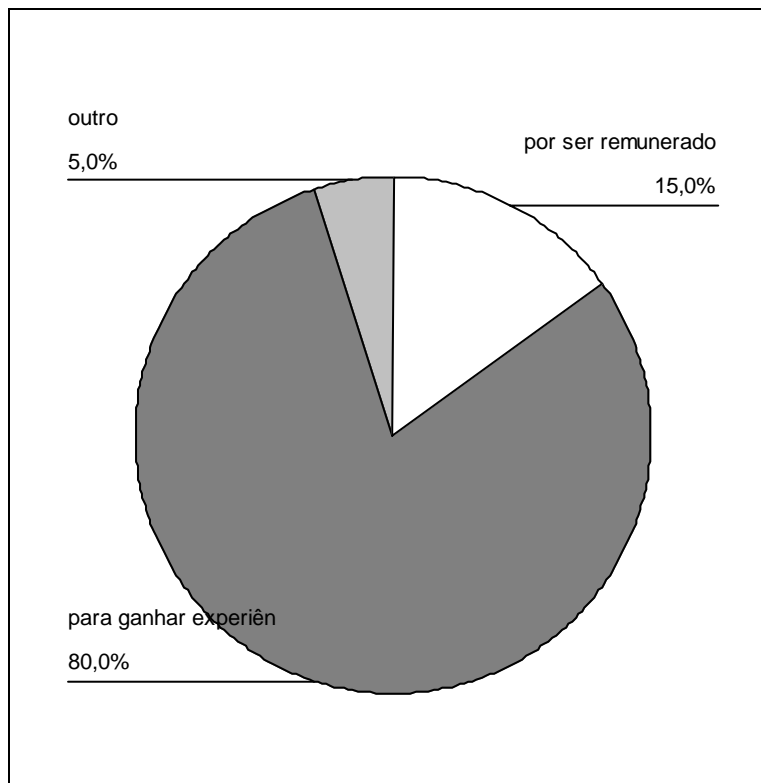
Os inquéritos dirigidos aos alunos do curso de Ciências Empresariais foram enviados por *e-mail*, pedindo-se aos respectivos alunos que o devolvessem por carta fechada endereçada à ESTGF.

5. Análise dos resultados

O número de alunos da licenciatura bi-etápica em Ciências Empresariais, que efectuaram estágios profissionais durante os anos lectivos 2002/2003 e 2003/2004, foi 24 alunos. No total foram enviados 24 inquéritos, tendo-se recepcionado 20 inquéritos válidos, que correspondem a cerca de 83% da população. No que respeita à composição da amostra, 80% dos inquiridos desta amostra são do género feminino, o que de certo modo é compreensível, dada a composição do curso. Como foi possível ver anteriormente na caracterização do curso, nos anos mais avançados a proporção de mulheres é claramente superior à dos homens e foi especificamente nestes anos que recaiu a amostra.

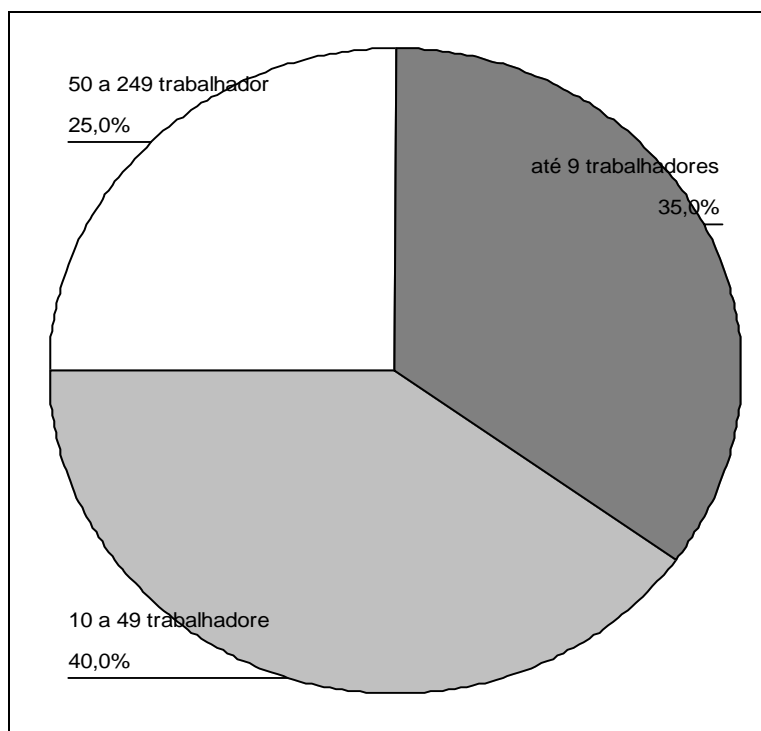
No que respeita às motivações que levaram estes alunos a realizar um estágio profissional durante a realização da licenciatura, 91,7% dos inquiridos responderam que foi para ganhar experiência (ver Ilustração 5). Sem dúvida, os alunos sentem necessidade de ter um primeiro contacto com o mercado de trabalho antes de terminarem as suas graduações porque por um lado consideram este acto como uma mais valia nos seus currículos e por outro lado porque com o estágio conseguem aplicar na prática o que já aprenderam, servindo de teste para medir a sua preparação para a inserção no mercado de trabalho aquando do término da licenciatura.

Ilustração 5 – Razões para efectuar o estágio profissional



As empresas que acolheram estes estagiários são, na sua maioria, empresas de pequena dimensão situadas da região do Vale do Sousa, como comprova a Ilustração 6.

Ilustração 6 - Dimensão das empresas acolhedoras



Quando inquiridos sobre qual o sector/ramo de actividade da empresa acolhedora, verificamos que 35% dos inquiridos realizaram os seus estágios em empresas de serviços, especificamente em gabinetes de contabilidade (ver Quadro 3).

Quadro 3 - Sector /Ramo de actividade da empresa acolhedora

	Frequência absoluta	Frequência relativa
Calçado	1	5,0
Têxtil	1	5,0
Serviços (gab. contabilidade)	7	35,0
Móveis	1	5,0
Comércio	2	10,0
Mediação imobiliária	1	5,0
Tintas e vernizes	2	10,0
Informático	1	5,0
Produtos petrolíferos	1	5,0
Metalomecânica	1	5,0
Artes gráficas	1	5,0
Público	1	5,0
Total	20	100,0

Atendendo a que estamos numa região onde há uma predominância de indústrias de calçado, parece pouco lógico não ser este o sector mais receptivo a estágios profissionais. Na realidade, o nível de escolarização dos empregados e proprietários das fábricas de calçado do Vale do Sousa é muito baixo, fazendo com que da parte dos proprietários destas indústrias exista ainda um relutância em contratarem indivíduos com um nível de instrução superior (Lima, 2004).

Com a realização deste inquérito tornou-se bem evidente que a principal saída profissional para estes alunos do curso de Ciências Empresariais é a área contabilística, razão pela qual 80% dos inquiridos trabalharam na contabilidade durante o seu estágio profissional (ver Quadro 4).

Quadro 4 - Área a que esteve afecto

	Frequência absoluta	Frequência relativa
Contabilidade	16	80,0
Projectos de investimento	1	5,0
Marketing/publicidade	2	10,0
Produção	1	5,0
Total	20	100,0

O inquérito efectuado continha uma questão sobre o grau de satisfação com o estágio realizado, que se traduzia numa escala de valores desde 1 (muito insatisfeito) até 5 (muito satisfeito). Dos 20 inquéritos recepcionados, o menor valor atribuído foi 3 e o máximo valor 5. Relativamente à média amostral, situou-se acima do nível 4, especificamente 4,21 (ver Quadro 5), o que demonstra que na generalidade os estágios foram uma experiência satisfatória para os estudantes.

No que respeita à adequação dos conteúdos leccionados no curso de Ciências Empresariais às necessidades das empresas, 70% dos inquiridos responderam que eram bastante adequados, isto é uma ponderação 4 (ver Quadro 6), numa escala de 1 (nada adequados) até 5 (totalmente adequados). Em termos médios a adequação dos conteúdos leccionados fixou-se em 4,10 (ver Quadro 5), o que se afigura como um valor bastante bom.

Quadro 5 - Avaliação do grau de satisfação com o estágio e adequação dos conteúdos leccionados no curso de Ciências Empresariais

	N	Mínimo	Máximo	Média
Grau de satisfação com o estágio	19	3	5	4,21
Adequação dos conteúdos leccionados no curso de CE	20	3	5	4,10

Quadro 6 - Adequação dos conteúdos leccionados do curso de CE

		Frequência absoluta	Frequência relativa
escala	1	0	0,0
	2	0	0,0
	3	2	10,0
	4	14	70,0
	5	4	20,0
Total		20	100,0

A penúltima questão do inquérito pedia aos inquiridos que ordenassem, do conjunto de todas as disciplinas ministradas no curso, apenas as seis disciplinas que consideram mais úteis do curso, ou seja, aquelas cujos conteúdos foram mais utilizados durante o estágio. Como podemos ver pelo Quadro 7, e como era esperado, a disciplina de Contabilidade Geral reuniu cerca de 22% das preferências dos alunos. Juntamente com esta disciplina, também constam no *ranking* as outras disciplinas do curso de Ciências Empresariais que são de vertente financeira, tais como, Fiscalidade, Contabilidade de Gestão e Análise Financeira. Verifica-se ainda que as disciplinas da área de gestão também reúnem as preferências dos estagiários, constando no mesmo quadro a disciplina de Marketing na 3^a posição, a de Estratégia e Planeamento Empresarial na 4^a posição e a de Logística e Distribuição na 8^a posição.

Quadro 7 – Ranking das disciplinas

Posição	Disciplina	Percentagem
1 ^a	Contabilidade Geral	22%
2 ^a	Fiscalidade	14%
3 ^a	Marketing	9%
4 ^a	Estratégia e Planeamento Empresarial	7%
5 ^a	Contabilidade de Gestão	7%
6 ^a	Análise Financeira	6%
7 ^a	Microeconomia	5%
8 ^a	Logística e Distribuição	5%

Podemos aferir que do cômputo das 28 disciplinas do curso de Ciências Empresariais este *ranking* de 8 disciplinas recolhe 75% das preferências dos inquiridos, o que demonstra uma grande homogeneidade de opiniões.

Por último, foi colocada uma questão aberta para averiguar as sugestões dos estagiários relativamente a possíveis disciplinas/conteúdos a inserir no curso de Ciências Empresariais. As opiniões recolhidas encontram-se expostas no Quadro 8.

Quadro 8 – Sugestões de disciplinas/conteúdos a inserir no curso de Ciências Empresariais

Disciplinas / Conteúdos	Frequência absoluta
Simulação Empresarial	5
Inglês Comercial	1
Direito do Trabalho	2
Gestão de Projectos	2
Gestão da Qualidade	1
Higiene e Segurança no Trabalho	1

Da análise deste quadro importa salientar que os alunos sentem, principalmente, falta duma disciplina/projecto de Simulação Empresarial, entendida como um exercício de tomada de decisões empresariais, no qual os alunos assumem o papel de gestores de uma empresa simulada. Esta opinião parece-nos pertinente, dado que a simulação empresarial permite que os alunos possam ter mais destreza na análise e interpretação de relatórios económicos-financeiros das empresas e do mercado e, por outro lado, permite o desenvolvimento de competências inter-pessoais.

6. Considerações finais

Verifica-se, hoje, que a exigência das empresas relativamente aos seus funcionários e a adequabilidade da sua formação é cada vez maior. A estratégia deve passar por uma análise serena que reconheça o carácter multidisciplinar do problema e procure os consensos necessários no mundo empresarial.

De acordo com o estudo efectuado, a principal motivação para a realização de um estágio profissional prende-se com a procura de experiência, o que demonstra que

os alunos do curso sentem a necessidade de procurar experiência prática no mercado de trabalho, no sentido de usarem as ferramentas até agora apreendidas.

Através deste estudo respondemos à questão de pesquisa e concluímos que os estudantes consideram que existe adequação entre os conteúdos programáticos das disciplinas do curso e a realidade empresarial que conheceram. Atendendo às sugestões dos alunos podemos referir que as disciplinas da área da gestão os satisfazem e possuem conteúdos adequados ao mundo empresarial. A estratégia da ESTGF vai no sentido de continuar a apostar nestas disciplinas, ou seja, na sua actualização ao longo do tempo, proporcionando aos alunos esta permanente adequação. Na área financeira o mesmo se verifica, sendo de notar que grande parte dos docentes das disciplinas desta área têm ligação directa às empresas, o que, no nosso entender, é uma mais valia importante para o curso. Este cenário vai de encontro do que é defendido por Arouca (2004) quando afirma que as instituições de ensino superior devem possuir nos seus quadros docentes especialistas profissionais com capacidade pedagógica.

Embora a maior parte das disciplinas do curso em causa contemplem, na sua avaliação, trabalhos e simulações cujo objectivo é aproximar a semelhança entre a escola e um laboratório de experiências, constatamos a necessidade de se implementar uma disciplina/projecto que contemple uma simulação empresarial a realizar-se na parte final do curso e que abarque matérias de distintas disciplinas da licenciatura assemelhando-se, o mais possível, ao funcionamento de uma empresa. Acreditamos que esta implementação aproximará a ESTGF dos objectivos preconizados pela Declaração de Bolonha e esperamos poder apresentar esta proposta na próxima reestruturação do curso de Ciências Empresariais.

Finalmente, pensamos que este estudo poderá ser complementado com as perspectivas das empresas acolhedoras destes estagiários. É nossa intenção dar continuidade a este estudo, verificando se as ditas empresas ficaram satisfeitas com estes estagiários, com as suas valências e ferramentas e pedir-lhes que façam sugestões quanto a possíveis alterações a fazer às disciplinas ou ao próprio curso.

7. Referências bibliográficas

APICCAPS (2002). [on-line] Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e Seus Sucedâneos. Disponível em URL: <<http://www.apiccaps.pt>> [Acedido em 14/03/2003].

Arouca, L. (2004), “Renovação do tecido empresarial impõe eficaz formação de gestores e empresários” *in* Cadernos de Economia, Abril/Junho, pp. 47-50

Barros, M. T. (2004), “A Identidade da Marca nos Serviços Financeiros – Estudo do Caso Banco BPI”, Tese de Mestrado em Ciências Empresariais, apresentada na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal.

Braga, V.; Ferreira, M. e Lima, V. (2003). “O efeito do ensino superior no desenvolvimento económico regional: Uma aplicação preliminar à NUT Tâmega”. Trabalho apresentado na X Conferência Nacional da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional (APDR), Universidade de Évora, Évora.

Câmara Municipal de Felgueiras [on-line]. Actividades Económicas. Disponível em URL: <<http://www.cm-felgueiras.pt>> [Acedido em 10-10-2003].

Carvalho, M. G. (2004), “Conhecimento científico motor do desenvolvimento empresarial” *in* Cadernos de Economia, Abril/Junho, pp. 7-20

ESTGF (2005). “Caracterização da Escola”.

INE (2003) [on-line]. Instituto Nacional de Estatística – Dados. Disponível em URL: <<http://www.ine.pt>> [Acedido em 20/03/2003].

Lima, V. (2004). Capital Social e Adaptabilidade Empresarial: aprofundamento teórico-conceptual e aplicação a um *cluster* de calçado. Tese de Mestrado em Gestão, apresentada na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal.

Marques, L. (2004), “O ajustamento do ensino ao mercado de trabalho” *in* Cadernos de Economia, Abril/Junho, pp. 85-88

Petiz, O. (2004). “O esforço inovador e a cooperação Universidades/Empresas” *in* Cadernos de Economia, Abril/Junho, pp. 11-15

Programa do XVII Governo Constitucional (2005). [on-line] Disponível em http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Programa/ (visitado em 16/05/05)

QCA (2000) [on-line]. ON-Operação Norte: Programa Operacional Regional do Norte 2000-2006. Disponível em URL: <<http://www.qca.pt/po/index.html>> [Acedido em 20-09-2003].

Rego, C. e Caleiro, A. (2004), “A atracção das universidades em regiões economicamente deprimidas: o caso da universidade de Évora” *in* Revista Portuguesa de Estudos Regionais, nº 7, pp. 19-40.

Reis, E.; Moreira, R. M. M. (1993), Pesquisa de Mercados, 1.ª Edição, Edições Sílabo, Lda

Simões Lopes, A. (2004). “Universidade / Empresas, Uma relação de interdependência” *in* Cadernos de Economia, Abril/Junho, pp. 3-4

Yin R. (1994), Case Study Research, design and methods (2:ª ed.), Beverly Hills: Sage Publishing.